

SIMPÓSIO AT164

A LITERATURA POR DIREITO: O PENSAMENTO DE ANTONIO CANDIDO E ALGUMAS PRÁTICAS

BELARMINO, Laís da Conceição Santos

UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

lais.santos.conceicao@gmail.com

RESUMO:

O presente trabalho tem como objetivo a análise do papel outorgado à literatura na vida do indivíduo e dentro das escolas pela qual ele passa, sob a perspectiva de Antonio Candido e seu artigo O direito à literatura. Para isso, se propõe um breve estudo do texto de Candido, seguido da discussão de alguns diferentes conceitos para a disseminação do valor literário. Considerando, também, o papel formador da escola. Para isso serão considerados autores como Eliana Yunes, Paulo Freire, Graça Paulino, Magda Soares, entre outros, além dos já mencionados. Usou-se aqui autores como o próprio Candido, Magda Soares, Percival Lemes Britto, Yunes entre outro.

Palavras-chaves: Literatura, Direito, Formação, Escola, Igualdade

Abstract:

El presente trabajo tiene como objetivo el análisis del papel autorado a la literatura en la vida del individuo y dentro de las escuelas por la que pasa, bajo la perspectiva de Antonio Candido y su artículo El derecho a la literatura. Para ello, se propone un breve estudio del texto de Candido, seguido de la discusión de algunos diferentes conceptos para la diseminación del valor literario. Considerando, también, el papel formador de la escuela. Para ello serán considerados autores como Eliana Yunes, Paulo Freire, Graça Paulino, Magda Soares, entre otros, además de los ya mencionados.

Keywords: Literatura, Derecho, Formación, Escuela, Igualdad

Introdução

Não é de hoje que se fala muito como ler é importante. E nisso há um consenso bem estabelecido de que ler é um valor, porque reflete uma perspectiva de ordem social em que se sobressai a vontade de humanidade (Britto, 2002). Entretanto, ao pensar sobre essa afirmativa não há como negar as perguntas: se faz parte do senso comum que ler é bom, então, por que não temos um país de leitores? Ou (considerando a escola como parte da formação do indivíduo), porque, não temos os mesmos acessos aos livros nas escolas

públicas que se têm nas escolas particulares? Em O direito à literatura, Candido (2004) afirma que a literatura faz parte dos direitos humanos. E que ela não é só entretenimento, já que muda a forma de pensar e a maneira de se ver o mundo. Logo, há de se considerar que se somada à escola, a literatura, seria uma das armas mais poderosas que uma sociedade poderia imaginar. Por isso, este trabalho tem como objetivo analisar o direito defendido por Candido nos ambientes sociais no qual o indivíduo está inserido, tendo como foco principal a escola e as práticas literárias que podem fazer a diferença não só para a formação do leitor (em ambiente escolar), como também para sua permanência como tal. Além das formas com a qual a literatura pode ser trabalhada.

1. O direito à literatura: bem comum ou domínio de pouco

Começamos esse “minicapítulo” pensando no que descreve Chartier, em seu livro *A aventura do livro: do leitor ao navegador* (1999), expõe que a leitura e a escrita levam uma população de colegiais e depois universitários, a abandonar a terra, ou a loja, em favor dos ofícios da pena e da palavra. Caso que gera uma grande desordem social que enfraquece o Estado, já que, apartados dos seus trabalhos da terra ou da manufatura e em busca de cargos e benefícios, o grande número de leitores que se tornam estudantes obrigam a importar do estrangeiro aquilo que não mais se produz no país, e, por isso, a teoria mercantilista teme.

Tal pensamento (há de se considerar que) começa a responder a pergunta feita na introdução deste trabalho, visto que, ler é importante para uma determinada massa e não a todas as massas, já que haveria um grande desconforto se a classe operária trocasse a “ferramenta” pelo livro.

E quanto a essas segregações, que a partir de agora chamaremos de direitos, Candido é muito assertivo quando indaga que na verdade pensar em direitos humanos é considerar que o que é indispensável a nós deveria também ser indispensável ao outro. Ele ainda completa dizendo que a verdade para essa questão é que as nossas máximas serão sempre mais urgentes que os do próximo. E que por isso, por vezes, os direitos cabíveis a nós não será o mesmo do nosso semelhante.

E sobre isso é interessante mencionar que quando indagadas sobre o que qual direito é indispensável ao outro, é quase certo de que a maioria das pessoas, não pense em algo mais do que o direito à moradia, alimentação, saúde, segurança. Contudo, dificilmente, alguém vai reputar que a literatura também seria um direito indispensável na vida do indivíduo.

Partindo desse pressuposto Candido faz a seguinte distinção do que ele chama de “bens compressíveis” e “bens incompressíveis”

Certos bens são obviamente incompressíveis, como o alimento, a casa, a roupa. Outros são compressíveis, como os cosméticos, os enfeites, as roupas supérfluas. Mas a fronteira entre ambos é muitas vezes difícil de fixar, mesmo quando pensamos nos que são considerados indispensáveis.

Por isso, a luta pelos direitos humanos pressupõe a consideração de tais problemas, e chegando mais perto do tema eu lembraria que são bens incompressíveis não apenas os que asseguram a sobrevivência física em níveis decentes, mas os que garantem a integridade espiritual. São incompressíveis certamente a alimentação, a moradia, o vestuário, a instrução, a saúde, a liberdade individual, o amparo da justiça pública, a resistência à opressão etc.; e também o direito à crença, à opinião, ao lazer e, por que não, à arte e à literatura. (2004, P. 173 /174)

E quando fala de literatura, Candido, considera todas as criações com tom poético, ficcional e dramático produzidas em todos os tipos de cultura e níveis de uma sociedade, assim como o folclore, as lendas e tantas outras formas de produção escrita das grandes civilizações. O que leva a considerar que vista desse modo a literatura é algo que, mesmo sem perceber, já nasce com o homem. E, neste sentido, ela pode ter a importância equivalente à das formas conscientes de inculcamento intencional, como a educação familiar, grupal ou escolar (CANDIDO, 2004, p. 175).

E já que a literatura é tratada aqui como parte formadora de caráter convém lembrar e destacar uma afirmação muito pertinente feita por Candido em seu texto, que é a de que a experiência literária não é algo inofensivo, mas sim uma aventura que pode causar problemas psíquicos e morais irreparáveis. E por isso, nas mãos do leitor, o livro pode ser fator de perturbação e mesmo de risco.

Bartolomeu Campos de Queirós, no *Manifesto Brasil Literário*, expõe que é direito de toda pessoa ser alfabetizada, já que antes de qualquer premissa o fato de saber ler e escrever é, hoje, uma exigência para o ingresso no mercado de trabalho. E que por isso a escola é um espaço indispensável para instruir o sujeito. Entretanto, pelo avanço das ciências humanas compreende-se como inerente aos homens e mulheres a necessidade de manifestar e dar corpo às suas capacidades inventivas. Já que é no mundo da ficção que o homem se encontra realmente livre para pensar, configurar alternativas e deixar agir a fantasia.

O livro não escolhe na mão de quem vai estar, ou quem deveria lê-lo. O livro não é o podador de possibilidades, mas o homem sim. O possuidor das letras, que de certa forma, é quem “pré-destina” quem merece ou precisa possuir os mesmos conhecimentos.

A essa altura é importante dizer que o simples fato de abrir um livro e lê-lo até o final não transformará a vida de ninguém, mas a leitura intensa, constante, é capaz de construir e desenvolver um eu autônomo (COMPAGNON, 2009, p. 49). Outorgando a si mesmo o privilégio de idealizar outro cotidiano em liberdade. E alterando a própria história, já que, de consumidores passa-se a investidores na arteficialidade do mundo (BARTOLOMEU CAMPOS DE QUEIRÓS 2009). E por mais que não se consiga mudar o mundo (instantaneamente) o “eu” começa a ver a vida de forma diferente, fato que pode influenciar os outros a sua volta.

A literatura nos liberta de nossas maneiras convencionais de pensar na vida, ela resiste à tolice não violentamente, mas de modo sutil e obstinado. Seu poder emancipador continua intacto, o que nos conduzirá por vezes a querer derrubar os ídolos e a mudar o mundo, mas quase sempre nos tornará simplesmente mais sensíveis e mais sábios, em uma palavra, melhores. (COMPAGNON, 1999, p. 50/51)

Tal citação leva a pensar que todo esse investimento segue em busca de uma sociedade igualitária e com uma qualidade de vida sem distinção entre os seus indivíduos. Na qual almeja que quando se pensar em direitos humanos pensar-se também nos direitos à cultura e ao lazer e não só na premissa do: “se

nunca fez, então, não fará falta!”. Certo de que ainda há um grande caminho a ser percorrido, caminho esse que já se torna esperançoso, uma vez que, a discussão sobre a posição de direitos começa a ser feita. Fica aqui, nesse primeiro momento, essa vontade de que o valor literário ganhe cada vez mais espaço e instrua deleitando, permitindo ao homem uma liberdade que só ela pode dar.

2. A escola: o texto e seus autores

Apesar de pensar literatura como forma de fruição, há de se considerar que a escola, mesmo possuindo papel formador não tem defendido muito essa literatura por fruição. Quase sempre não há espaço para as discussões que as leituras literárias propõem, ao contrário, o tempo determinado a ela é dividido com outras matérias ou suprimido por outra atividade considerada mais importante. Ironicamente, o investimento na leitura por parte da escola não é prioridade. Isso é, quando se tem espaço para ela. Certo que não é o objetivo generalizar todas as escolas e todos os professores, mas a base do exemplo citado acima são as escolas visitadas no decorrer da graduação e na experiência profissional da autora do presente trabalho.

Diante do exposto, torna-se interessante a discussão de alguns temas como: a pedagogia X literatura; o texto literário como indutor do pensamento, formador de perguntas e construtor de sentido. Toda essa problemática envolve o questionamento sobre qual literatura é dada dentro da sala de aula. E quanto a isso Eliana Yunes é taxativa ao afirmar que

Não que a arte não seja conhecimento que se comunica – ela é reconhecidamente catártica, desde Aristóteles; ela supõe um receptor/leitor sem qual o processo estético não atinge seu fim - a transmissão de um *outro* saber. Portanto, literatura e educação não se encontram, de início, em campos contraditórios, mas operam como contrários, ao menos na concepção vigente de prática educativa. (YUNES, 1984. P. 127)

Já que,

O risco por que passa a literatura na escola é o da manipulação com vistas à discussão do código, da estrutura da língua, ou de modelos de comportamento; quando muito, a caça das figuras

de linguagem e dos procedimentos estilísticos configuram a meta máxima do professor. (YUNES, 1984. P. 128)

O fato é: o “ensino” de literatura nas escolas não agrega ao aluno nenhuma base para que ele se torne um leitor ou um curioso em querer buscar mais. São sempre as mesmas questões, sempre as mesmas aulas (que quase sempre se divide em: nome do autor, época, estilo, análise de poesia, etc.). Não que isso não seja importante, mas só isso, dificilmente desperta interesse em alguém. E esse, por muitos anos, tem sido o valor atribuído a literatura dentro das salas de aula. E como defende Paulino (2001):

A escolha dos livros e a cobrança de leituras através de testes automatizados são algumas dessas formas de controle da leitura que empobrecem a interação livro / leitor. (...)
(...) a burocracia do ensino acoplado a regras preestabelecidas, a normas rígidas e castradoras. Em suma, o uso inadequado de textos fragmentados, deslocados, manipulados, levaria à subordinação do leitor ao jugo escolar.
Daí resulta um conhecimento construído sem imaginação e sem investimento pessoal do leitor. (p.27 - 29)

E sobre isso se faz presente o questionamento de que: a literatura nesse sentido vem cada vez mais sendo suprimida pela pedagogia. E a crítica quanto a isso é: tem se considerado cada dia mais um esboço fechado, já determinado de leitura do que a fruição que a mesma pode permitir. Não há perguntas espontâneas sobre o que o aluno achou do livro, não há espaço para diferentes respostas, e sim um livro dado com uma *pré* interpretação do professor, na qual, o aluno, concordando ou não, tem que seguir. O que, de certa forma, é incabível (mesmo que utopicamente) a considerar que o livro não “acontece” da mesma maneira para todo mundo. Pessoas diferentes é igual a interpretações diferentes e é uma grande pena que essas opiniões não sejam ouvidas ou consideradas.

Logo, torna-se interessante destacar que a escola considera aqui, no presente trabalho, é em sua maioria pública, constituída quase sempre de pessoas de classe média baixa. Interessante também é considerar a afirmação de Magda Soares (1986) quanto a educação dada a pessoas de classes mais baixas:

Nossa escola tem-se mostrado incompetente para a educação das camadas populares, e essa incompetência, gerando o fracasso escolas, tem tido o grave efeito não só de acentuar as

desigualdades sociais, mas, sobretudo, de legitimá-las. (p.06, 1986)

Infelizmente, é quase uma afirmação que não há, muito, a preocupação por parte da escola em formar adultos críticos. E quando se fala em escola, objetiva-se ressaltar o sistema que a compõe como um todo. E por mais que o slogan do país, nas campanhas políticas, seja em sua maioria voltada para a educação, não é interessante que todos dentro do mesmo seja crítico com tudo o que recebe. Ou seja, é como se o atual sistema educacional pudesse o aluno de acordo com o que ele considera importante para a vida do mesmo. Escola não tem sido um espaço lúdico de aprendizagem e sim um currículo fechado de algo que já não mais funciona.

Essa separação quanto ao ensino também pode ser explicada por Soares quando diz que:

(...) o conflito entre a linguagem de uma escola fundamentalmente a serviço das classes privilegiadas, cujos padrões linguísticos usa e quer ver usados, e a linguagem das camadas populares, que essa escola censura e estigmatiza, é uma das principais causas do fracasso dos alunos pertencentes a essas camadas, na aquisição do saber escolar. (p.06)

Lamentavelmente, há de se concordar com Magda Soares quando ela diz que as escolas públicas existentes são antes *contra* o povo que *para* o povo. E assim como assinala Bartolomeu Campos de Queirós, a escola é um espaço de aprendizagem que instrumentaliza o sujeito e facilita o seu ingresso no mercado de trabalho, no entanto, não tem em nada motivado o seu desenvolvimento e suas capacidades inventivas. Em pensar que movimentos como: a leitura e conversa sobre textos literários em sala de aula, a criação de um diário da leitora e do leitor, a organização de eventos voltados para a literatura tanto em sala quanto na biblioteca, o uso da biblioteca escolar com privilégio ao acesso dos textos de literatura, poderiam mudar esse quadro visto nas escolas.

3. Conclusão

No atual conceito de educação que vivemos, está cada vez mais utópico querer um ensino de qualidade para todos, sem exceção. Mas ao mesmo tempo, não há como deixar de pensar Freire, quando diz: “ai de nós, educadores, se deixarmos de sonhar sonhos possíveis!”. E o parafraseando: ai de nós, educadores, se deixarmos de acreditar nas vastas oportunidades que o aluno pode ter. Quando não, nas vastas possibilidades que nós, educadores, podemos mostrar. Pena que não é esse o pensamento que rege a maioria das escolas. Principalmente as públicas.

E desse modo é importante ressaltar o papel da literatura que se quis mostrar aqui. Uma literatura sem formas, sem paredes, capaz de alcançar o mais improvável e de romper os muros da escola. Uma literatura sem fronteiras e indomável, como a *Frontera Indômita*, de Graciela Montes. E que ecoe por toda a vida daquele que a tem e a use com frequência. E é nesse ponto que a literatura funciona, não como escape, mas sim como formadora de caráter e, conseqüentemente, de opinião.

Referências

BRITTO, Luiz Percival Leme. **Contra o consenso: cultura escrita, educação e participação**. Cap. 8: O leitor interditado. São Paulo: Mercado de Letras, 2003.

_____. **Inquietudes e desacordos: A leitura além do óbvio**. São Paulo: Mercado de Letras, 2012.

CANDIDO, Antonio. **O direito à literatura**. São Paulo: Ouro sobre azul, 2004.

COMPAGNON, Antoine. **O demônio da literatura: Literatura e senso comum**. Tradução: Cleonice Paes Barreto Mourão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. **Literatura para quê?** Tradução: Laura Taddei Brandini. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

FEIJÓ, Mário. **O prazer da leitura: como a adaptação de clássicos ajuda a formar leitores**. São Paulo: Ática, 2010.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Cortez, 44ª.ed. 2003.

YUNES, Eliana. Literatura e educação: A formação do sujeito. In: KHÉDE, Sônia Salomão (Org.). **Os contrapontos da literatura: Arte, ciência e filosofia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1984. p. 123 – 132.

PAULINO, Graça. **Tipos de texto, modos de leitura**. Belo Horizonte: Formato Editorial, 2001.

QUEIRÓS, Bartolomeu Campos de. **Manifesto por um Brasil Literário**. Paraty: 2009.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola: Uma perspectiva social**. Cap. 2: O fracasso da / na escola. Série Fundamentos, Editora Ática. 8ª impressão, 1986